

# FERROS-VELHOS E UTENSÍLIOS: CONCEITOS GRAMSCIANOS NOS ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Paula R. Siega  
(UESC)

## RESUMO

Observando a importância que o conceito de subalternidade tem alcançado nos estudos literários brasileiros, indicamos a origem gramsciana do termo e sua conexão com os estudos culturais britânicos e pós-coloniais indianos, bem como sua reflexão no pensamento latino-americano. Ao considerar a posição geopolítica de Antonio Gramsci, recuperamos os conceitos de hegemonia, organização cultural, intelectual orgânico e subordinação intelectual, indicando a pertinência desse instrumental teórico para os estudos literários brasileiros. Nessa ótica, apontamos para a validade da ideia de “atualização histórica” de Darcy Ribeiro, ligando-a à constatação de Roberto Schwarz sobre a contínua interrupção de nosso pensamento crítico em prol das ondas teóricas que chegam dos centros globais. Para demonstrar a aplicabilidade da teoria gramsciana, identificamos em *O mulato*, de Aluísio Azevedo, um exemplo de subordinação cultural da periferia ao centro, indicando a defasagem entre o ideal progressista que dá base ao romance e a realidade à qual tal ideal serve de filtro interpretativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura; cultura; Gramsci; subalternidade; hegemonia.

[...] cada um pode ser o melhor juiz na escolha das melhores armas que são mais apropriadas aos fins que quer atingir e a demagogia pode ser considerada arma excelente. Mas a coisa fica cômica quando o demagogo não se dá conta de sê-lo...<sup>1</sup>

Antonio Gramsci

## Estudos subalternos: sobre o “lôcus da enunciação”

Indissociável da ideia de hegemonia desenvolvida por Antonio Gramsci em seus *Cadernos do cárcere*, a questão da subalternidade tem encontrado espaço crescente nos Estudos Literários brasileiros. Menos que aos escritos gramscianos, porém, a fortuna literária do termo liga-se à releitura que dele fazem os estudos culturais e pós-coloniais e, especificamente, à repercussão do Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos.

Contando com a participação de intelectuais sediados fora dos centros acadêmicos asiáticos, como Gayatri Spivak, o grupo formado entre os anos 1970 e 1980 sob a liderança de Ranajit Guha apresentava-se profundamente radicado na realidade da Índia após a independência. De matriz marxista, mas sem ligações partidárias, os estudiosos indianos encontraram-se fortemente influenciados pelo movimento camponês conhecido como Naxal. Expressão do descontentamento popular em relação à elite que subira ao poder após a desocupação britânica, a sublevação camponesa deixara marcas na produção intelectual indiana, desde a literatura até as ciências sociais (GUHA, 2011). A descoberta dos conceitos gramscianos se dá, assim, no contexto do engajamento intelectual com um movimento popular que levantara uma série de questões, sobretudo em relação à perpetuação de uma situação de miséria após a dominação inglesa. Em busca de respostas, os pesquisadores liderados por Guha investigaram o presente pós-independência à luz do passado colonial, adaptando à realidade indiana – marcada por uma tradicional fratura entre elite e grupos subalternos – as reflexões que Gramsci faz sobre a história italiana a partir dos conceitos de sociedade civil, estado, hegemonia e subordinação:

Existia uma rachadura estrutural que atravessava a inteira sociedade [indiana]. Identificar essa rachadura de base em termos de pesquisa empírica e conceituá-la em uma teoria foi o que deu aos Estudos Subalternos o seu lugar no mundo acadêmico da Ásia meridional e, talvez, no estudo de outras

sociedades e culturas que compartilham a nossa experiência. Nessa importante parte do nosso projeto, Gramsci foi o nosso guia. Dele tomamos algumas palavras e ideias-chave; mas foi graças à sua adaptabilidade à situação indiana que pudemos nos beneficiar delas. O pensamento de Gramsci possui uma abertura que convida e encoraja a adaptação. (Guha, 2011, p. 39)

Entre os impactos do grupo sul-asiático conta-se a ativação, entre 1992 e 1998, do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos que, inspirado na ideia de uma teoria crítica orientada “de baixo para cima”, tentou encontrar novas formas de pensar a América Latina no contexto da globalização. Ainda que partisse da iniciativa asiática, o grupo propunha o desvencilhamento das teorias formadas no contexto colonial britânico, com vozes como a de Walter Mignolo alertando para as especificidades da realidade e da história colonial da América Latina (BALLESTRIN, 2013).

Dez anos após o rompimento do grupo, o porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008), elencou as principais razões que teriam enfraquecido a iniciativa latino-americana. A primeira seria o fato de seus membros serem – como o próprio Grosfoguel – latino-americanistas sediados nos EUA, o que teria contribuído para a adoção de um ponto de vista hegemônico no estudo da cultura subalterna, em vez de entendê-la a partir de uma perspectiva “de baixo”. A segunda razão estaria no fato de os latino-americanistas terem continuado atrelados ao pensamento ocidental, subestimando as “perspectivas étnico-raciais” da região em função de pensadores como Foucault, Derrida, Gramsci e Guha:

Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, fazendo dois deles (Derrida e Foucault) parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Ranajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. [...] O principal projeto do Grupo Sul-asiático de Estudos Subalternos consiste em analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana. Porém, ao recorrer a uma epistemologia ocidental e ao privilegiar Gramsci e Foucault, tal perspectiva constrangeu e limitou a radicalidade da sua crítica ao eurocentrismo. (GROSFOGUEL, 2008, p. 116)

Grosfoguel (2008, p. 119) alicerça sua opinião no fato de que o aspecto “essencial” de todo pensamento crítico seja “o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala”. Concordando com a validade do princípio, vemos nele a maior contradição da fala do estudioso porto-riquenho. Ora, se o que importa é o *locus* da enunciação, não se pode desconsiderar que, se dois dos pensadores citados não nasceram na Europa

(Derrida e Guha), apenas um não pronunciou seus discursos na academia ocidental (Gramsci), tendo elaborado a maior parte de seus escritos encarcerado por uma ditadura fascista.

Ao colocar-se em termos localistas, a defesa de um território epistêmico “subalterno” acaba por desconsiderar aspectos fundamentais do amplo horizonte que abarca a “divisão internacional do trabalho” – para falar com Spivak (2010, p. 23) –, em que teóricos como Gramsci, Foucault, Derrida, Guha ou Grosfoguel enunciam seus discursos. Mais relevante do que o local de nascença de determinado pensador, de fato, é a posição ocupada por ele na sociedade em que emite a própria fala. Ainda que originários do terceiro mundo, portanto, pensadores que participam dos sistemas universitários situados em *locus* economicamente privilegiados da cultura ocidental – as estruturas universitárias europeia ou estadunidense –, estão, claramente, em uma posição de privilégio em relação a outros que, mesmo nascidos em um país dito “avançado”, encontram-se nele em condição de interdição ou marginalização.

Sem incorrer em minúcias biográficas, o que queremos é refletir sobre a posição geopolítica do pensador Antonio Gramsci que foi, sim, um pensador europeu, mas da “periferia” da Europa de sua época. Sob o regime fascista, a Itália vivia a condição de nação em grande parte subdesenvolvida que tentava, através de um governo autoritário, atingir os níveis avançados de modernização das vizinhas Alemanha, França e Inglaterra. Como relata o historiador Paul Ginsborg (2006), numa economia em que mais de 40% da população ativa era camponesa, a miséria rural era a causa da migração para as zonas urbanas que compunham o coração industrial da península: Milão, Gênova e Turim. Nos bairros periféricos dessa última – onde as famílias dos operários raramente comiam carne e podiam comprar uma bicicleta somente pagando-a a prestações por três anos – a origem camponesa deu base a um forte sentimento comunitário que, atrelado a uma cultura política compartilhada, fez da classe operária turinesa a vanguarda do movimento socialista na Itália (GINSBORG, 2006).

Emigrado da Sardenha, foi em Turim que se estabeleceu Antonio Gramsci, ao final de 1911. Vencedor de uma bolsa para estudantes pobres que quisessem dar início aos estudos universitários, Gramsci matriculou-se na faculdade de Letras, mas abandonou os estudos, em 1915, para dedicar-se à atividade jornalística e ao movimento socialista. Em 1921, participou da fundação do Partido Comunista Italiano. Em 1926, foi capturado pelo regime fascista e, em 1928, condenado a vinte anos de prisão, obtendo permissão

para escrever em cela somente em fevereiro de 1929. Foi então que iniciou as anotações que fariam parte do primeiro dos trinta e três *Cadernos do cárcere*. Após a sua morte, em 1937, foram necessários mais de dez anos – entre os quais se contam uma guerra civil entre norte e sul da Itália, a queda do fascismo e da monarquia, o fim da Segunda Guerra Mundial e a formação de um estado democrático republicano - para que os manuscritos fossem publicados, entre 1948 e 1951, em seis volumes.<sup>2</sup>

O fato de que o pensador italiano não seja oriundo da classe dominante, que tenha participado dos movimentos de organização proletária, que seus escritos tenham sido produzidos no cárcere de uma ditadura, e, sobretudo, que tenham sido publicados somente após o fim do regime fascista, dão bem a dimensão da sua posição contra-hegemônica. Notar bem: contra-hegemônica, não subalterna.

## Contra-hegemonia e subalternidade

Como observou Guido Liguori (2011), a fortuna crítica da categoria da subalternidade deve-se, também, a parciais desentendimentos: se o grupo de historiadores guiados por Guha inspirou-se em Gramsci para uma alternativa à narração que as elites fazem dos grupos dominados, a sua passagem às universidades anglo-americanas fez com que o termo subalterno fosse usado indiscriminadamente. Perdeu-se, desse modo, a conexão com a dimensão política da teoria gramsciana, que prevê a emancipação da condição subalterna por meio da formação de uma consciência crítica de classe. Canceladas as diferenças entre as várias formas de subalternidades, o conceito de subalterno acaba por transformar-se em jargão acadêmico usado como sinônimo de oprimido, perdendo

[...] aquelas “articulações por graus da subalternidade” que são fundadoras da tematização gramsciana que faz dos “subalternos” não um conjunto indiferenciado, mas sujeitos de diversas capacidades de autoconsciência e organização, às vezes em condições de lançar o desafio hegemônico - como Gramsci recorda explicitamente - antes da tomada do poder e da derrubada definitiva da sua condição subalterna (LIGUORI, 2011, p. 34).

A perspectiva gramsciana de subalternidade, ancorada no princípio da luta de classes, se vale da necessidade de historicização para a compreensão de determinado evento, fenômeno ou grupo social. É com tal perspectiva que Gramsci olha para a história italiana, percebendo as lacunas existentes em relação às realidades que compõem a nação e que se manifestam na ausên-

cia de uma história da classe operária, dos camponeses, etc. Somente a partir de um entendimento do percurso histórico desses grupos, seria possível, para Gramsci, compreender a história de uma nação como um todo, percebendo as causas da origem e da difusão dos movimentos coletivos que dela fazem parte.

Note-se, portanto, que embora interessado nas histórias, realidades ou modos de pensar dos grupos subalternos, o pensador não confere um valor positivo à categoria da subalternidade ou, em outras palavras, não faz dessa uma reivindicação identitária. Para Gramsci, as perspectivas subalternas são - na ausência de uma consciência crítica capaz de transformar movimentos espontâneos em movimentos contra-hegemônicos organizados - destinadas a restar subalternas, pela facilidade com que podem ser instrumentalizadas pelas classes dominantes:

A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Sem dúvida na atividade histórica desses grupos existe a tendência à unificação seja mesmo em planos provisórios, mas essa tendência é continuamente despedaçada pela iniciativa dos grupos dominantes, e portanto pode ser demonstrada somente ao fim de um ciclo histórico, se este se conclui com um sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam ou insurgem: só a vitória “permanente” despedaça, e não imediatamente, a subordinação (GRAMSCI, 2007, p. 2283).<sup>3</sup>

Nesse viés, também a atuação de uma episteme é colocação em prática de uma hegemonia, de um conhecimento técnico adquirido que, operado com consciência crítica, pode vir a ser instrumento de emancipação. Sem essa consciência, porém, servirá à manutenção da ordem dominante. Considerada desse modo, portanto, uma episteme só adquire a sua dimensão (hegemônica ou contra-hegemônica) se situada no horizonte da luta de classes, ou da divisão internacional do trabalho. É esse horizonte que, na nossa opinião, o estudioso de literatura que se interesse pela categoria da subalternidade não pode perder de vista. Isso significa que, assim como ser italiano não assegura uma posição hegemônica no panorama mundial, ser latino-americano não identifica uma condição subalterna. Como observou Grosfoguel, boa parte dos estudiosos que fizeram parte do Grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos ocupa cadeiras nas universidades dos EUA. Reclamar a prerrogativa de uma perspectiva “subalterna”, em tais condições, nos parece ignorar o lócus efetivo de enunciação do próprio discurso.

## Gramsci nos estudos culturais: Raymond Williams e Stuart Hall

Os Estudos Culturais, em sua vertente britânica, tiveram no marxismo gramsciano um de seus principais pontos de referência teórica e, nas figuras de Raymond Williams e Stuart Hall, intérpretes que viram na herança cultural de Gramsci um instrumento de luta política.<sup>4</sup>

No pensamento de Raymond Williams, o influxo gramsciano é reconhecível na centralidade dada à crítica cultural como forma de entendimento da hegemonia exercida pelas classes dominantes. Para tanto, Williams recupera de Gramsci a concepção de cultura como categoria que vai além da clássica definição marxista: a cultura não pode ser interpretada como reflexo da base econômica de uma sociedade, mas sim como ponto de atravessamento das relações e dinâmicas sociais, recobrando, por isso, um papel estrutural (GALLO, 2009). Não se limitando à condição de superestrutura, seja pela “profundidade e completude com que é vivida toda hegemonia cultural”, seja por não ser mera expressão de uma “estrutura social e econômica já formada”, a atividade cultural estaria “entre os processos de base da formação em si e, ainda, relacionada com uma área muito mais ampla do que a de experiência ‘social’ e ‘econômica’” (WILLIAMS, 1977, p. 111).

Raymond Williams se detém de forma específica sobre o legado de Gramsci ao pontuar a importância do conceito de hegemonia para a teoria cultural, que iria além dos tradicionais significados dados a cultura e ideologia. Se a cultura é vista como processo social, por ideologia entende-se um sistema de sentidos e valores que expressam os interesses dominantes e que se tornam também os valores e sentidos das classes subalternas quando essas incorporam como próprias as representações culturais das classes dirigentes. Ou seja, ideologicamente, as classes historicamente dominadas operam não a partir da consciência que formam de si mesmas, mas com a consciência que sobre elas formou a classe dominante. Nessa ótica, hegemonia é entendida como

[...] um inteiro corpo de práticas e expectativas, sobre o todo da vida; nossos sentidos e emprego de energia, nossas percepções modeladoras de nós mesmos e nossas vidas. É um sistema vívido de significados e valores - constitutivos e constituintes - os quais, como são vivenciados como práticas aparecem reciprocamente confirmadores. [...] É um complexo de experiências, relações e atividades, com específicas e mutantes pressões e limites. Tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modi-

ficada. É também continuamente combatida, limitada, alterada, desafiada por pressões não completamente suas (WILLIAMS, 1977, p. 111-112).

Para os estudos culturais, a importância do conceito de hegemonia estaria no fato de que esta é exercida, sobretudo, no campo da cultura: se, após a revolução russa, as revoluções proletárias não aconteceram e, no seu lugar, estabeleceram-se governos e ditaduras de direita, isso se deu porque a classe operária assumira como próprias as ideologias burguesas, capazes de dar-lhes uma sensação de empoderamento.<sup>5</sup> Ilusório porque fruto de movimentos orquestrados pelos grupos conservadores, tal empoderamento só aconteceria quando as classes trabalhadoras fossem capazes de criar uma verdadeira consciência de si, ou seja, uma formulação crítica não forjada pela classe dominante.

Dando continuidade ao interesse de Raymond Williams pelo entendimento dos mecanismos de atuação da hegemonia cultural empregados pelas elites para a formação de consenso, Stuart Hall vê no legado de Gramsci uma possibilidade de compreensão do presente da Inglaterra thatcheriana. Isso porque o pensador jamaicano considerava a experiência da esquerda britânica, de 1975 até o fim dos anos 1980, semelhante à da esquerda italiana do entre guerras, quando não fora a classe operária a tomar o poder, mas o projeto fascista da direita (HALL, 1987). Antonio Gramsci – cuja produção intelectual se deu em meio à mudança conjetural que colocava muitas questões ao pensamento marxista, obrigando à busca de alternativas aos dogmatismos desse último – seria o instrumento viável de entendimento de muitos dos aspectos da realidade britânica e global: em seus escritos delineavam-se tanto as estratégias de hegemonia das classes dominantes, quanto as limitações e fragilidades das classes populares, frequentemente envolvidas pelos discursos que faziam apelo à emoção e não à consciência (HALL, 1987).

Dai a atenção dada por Hall à cultura popular e ao entendimento gramsciano de ideologia, alocada em dois planos: filosofia e senso comum. Se o último é funcional à legitimação da estrutura de poder das classes dominantes, a primeira serve à elaboração crítica capaz de fornecer às classes subalternas uma consciência (que pode ser instrumental ou contra-hegemônica). Entendidos dialeticamente, filosofia e senso comum atingiriam uma eficácia histórica quando fossem capazes de interagir, ou seja, quando as correntes filosóficas passassem a fazer parte da vida prática das pessoas (LAZARICH, 2011). Integrada a essa dinâmica, estaria a função orgânica

na vida cultural da nação conferida ao intelectual, que deveria cooptar e aprofundar a participação das forças populares em um projeto voltado ao seu efetivo empoderamento.

A dimensão política que os Estudos Culturais fizeram a respeito da teoria gramsciana está, portanto, na direção dada ao trabalho intelectual, voltado a captar e entender os movimentos dos grupos subalternos, sua articulação em termos de cultura e de história, para, enfim, intervir concretamente na sociedade. Conectado com a cultura popular, o intelectual a ela orgânico seria capaz de atuar verdadeiras transformações históricas, superando, através do engajamento com a realidade, a distância que se colocava entre esta e a esquerda que, na época de Gramsci ou na do neoliberalismo, viviam situações semelhantes. Ausente uma compreensão da prática cotidiana das classes populares, porém, a esquerda seria substituída pela direita no próprio terreno de atuação, dando espaço para que os setores dominantes criassem consenso através da manipulação das expectativas dos grupos subalternos. Caberia à atividade intelectual reverter esse quadro, integrando-se organicamente aos movimentos populares. Como reporta Gary Hall:

Na conferência marco de 1990, “Estudos Culturais agora e no Futuro”, falando de seu tempo no Centro de Birmingham nos anos 1970, [Stuart] Hall observou que “A contribuição de Gramsci ainda me parece a mais próxima para expressar o que eu acho que nós estávamos tentando fazer... nós estávamos tentando encontrar uma prática institucional nos estudos culturais que pudessem produzir um intelectual orgânico”. (Gary Hall, 2006, p. 36)

## Intelectual orgânico, organização da cultura e subordinação intelectual

A ideia de intelectual orgânico é aprofundada por Gramsci nas suas anotações sobre a história dos intelectuais. Questionando a existência dos últimos enquanto categoria autônoma e independente, Gramsci (2007, p. 1513) conclui que todo grupo produtivo cria para si, organicamente, grupos intelectuais que lhe dão identidade e consciência em campo econômico, social ou político: “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. etc.”.<sup>6</sup>

Essa visão funcional da intelectualidade e a relevância da organização cultural como campo de atuação hegemônica ou contra-hegemônica se explicita, por exemplo, no primeiro dos *Cadernos do cárcere*, quando Gramsci

(2007, p. 26) aborda a necessidade de uma política editorial capaz de satisfazer as exigências de “uma massa de público que é mais ativa intelectualmente e que mais importa fazer pensar e transformar”. Através de uma organização unitária da cultura (que pressupõe uma organização da hegemonia), o intelectual poderia, de modo orgânico, organizado, colaborar para a formação de uma consciência crítica, já que esta não nasce espontaneamente em cada setor social. Como esclarece Gramsci (2007), também o intelectual é um profissional, ou seja, a sua atividade dá-se em termos de posseção e desenvolvimento de uma técnica de trabalho que, como tal, é ensinada, apreendida e aperfeiçoada ao longo de gerações: estamos no campo das especialidades, portanto, e não do senso comum. Nessa direção, o teórico retoma o pensamento de Engels, lembrando que, para o último, “também os modos de pensar são elementos adquiridos, e não inatos, cujo processo corresponde a uma qualificação profissional” (GRAMSCI, 2007, p. 136). Gramsci chama a atenção para o fato de que, assim como os setores sociais vivenciam e elaboram cultura e consciência de forma diversa (por isso a necessidade de um direcionamento da cultura), não existem mudanças a partir de iluminações vindas do alto. Uma transformação nos modos de pensar é entendida o demorado resultado de combinações sucessivas e aleatórias que envolvem confluências, mas também fricções e disputas. O trabalho intelectual que se quisesse produtor de consciência, portanto, deveria levar em conta não somente os aspectos abstratos de enunciados teóricos, mas a realidade concreta que dá base a tais enunciados.

Pensando na função social dos intelectuais Gary Hall – a funcionalidade está na base da ideia/forma de organismo, assim como sua relação com outros órgãos –, Gramsci considera necessário observar a sua postura em relação às classes às quais servem como ponto de contato. Os intelectuais:

[...] têm comportamento “paternalístico” em relação às classes instrumentais? ou acreditam que são uma sua expressão orgânica? possuem um comportamento “servil” em relação às classes dirigentes ou veem a si mesmos como dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, 2007, p. 37).

Tais perguntas são feitas a partir da premissa de que a classe hegemônica, se exerce a função dominante em relação a seus adversários, é dirigente em relação aos seus aliados, assumindo-os como parte de seu próprio organismo diretivo. Para Gramsci (2007, p. 42), portanto, é de fundamental importância a ideia de que

[...] não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada classe possui seus intelectuais; porém os intelectuais da classe historicamente progressista exercitam um tal poder de atração que terminam, em última análise, **por subordinar a si os intelectuais das outras classes** e por criar um ambiente de uma solidariedade de todos os intelectuais com ligames de caráter psicológico ( vaidade etc.) e frequentemente de casta (técnico-jurídico, corporativo). (Grifo nosso).

A ideia de subordinação intelectual nos parece de grande valia para considerar a função do intelectual brasileiro em relação a seu corpo social, e sua colocação orgânica no cenário mundial: até que pontos somos detentores de uma técnica de trabalho capaz de nos dar consciência sobre nós mesmos, e, portanto, uma posição contra-hegemônica em relação aos centros de difusão do saber? Ou até que ponto, em vez, somos funcionais à difusão satelital desse saber, perpetuando um sistema de hegemonia cultural no qual nos colocamos organicamente como apêndice?

## Ferros-velhos e utensílios ou processos de atualização histórica nas Letras brasileiras

Pensando em centro e periferia, cabe aqui o exemplo citado por Gramsci em relação às transformações culturais: a situação em que o material ferroviário envelhecido dos Estados Unidos era vendido para a China, onde passava a ser utilizado por muitos anos, dava-se também na esfera da cultura: “os diversos estratos ideológicos se combinam variadamente e o que o que se transformou em ‘ferro-velho’ na cidade é ainda ‘utensílio’ na província” (GRAMSCI, 2007, p. 34).

Acreditamos que essa imagem seja de extrema pertinência para as reflexões acerca da formação de uma consciência crítica por parte do intelectual brasileiro, nas diversas funções que pode recobrir (como a de escritor ou de estudioso da literatura). Sem incorrer em uma defesa de território de tipo nativista, baseada unicamente no lugar de nascimento de um pensador, mas articulando-o ao sistema cultural (e, também, nacional) do qual faz parte, é notável como, ainda, somos habituados a operar com instrumentos críticos pensados na e para as sociedades economicamente “desenvolvidas”, ou seja, os centros onde se originam escolas e correntes de pensamento dominantes. Radicada na tradição intelectual brasileira, trata-se de uma prática de filiação do próprio discurso ao de outros estudiosos ou artistas, dotados de autoridade. Como resultado, produz-se a ilusão de alinhamento da produ-

ção crítica e estética nacionais à do dito “Ocidente”, seguindo os trilhos do “movimento” artístico ou científico em voga em determinado momento, demonstrando assim a participação em uma classe de intelectuais e de artistas “de ponta”. Se, no fronte hegemônico, os pensadores da periferia são citados, no máximo, como casos ilustrativos de uma determinada forma de pensar ou como “objetos” de estudo de particularidades, no fronte periférico, servir-se do pensamento dominante é dar mostras de conhecimento e erudição aos próprios pares.

Sintomático dessa situação é o fato de que os estudos subalternos indianos chegam ao Brasil por causa de sua repercussão nos EUA, ecoando, de certa forma, o interesse que o “centro” passa a ter pelas culturas da “periferia”. Perpetuamos, portanto, o mecanismo de atualização histórica, descrito por Darcy Ribeiro (2004) como base estrutural da formação social brasileira, e que consiste na interrupção da linha evolutiva do povo colonizado, para a sua integração, enquanto “mão de obra servil”, à sociedade colonizadora. Essa incorporação aos sistemas produtivos e culturais coloniais “supõe a perda da autonomia étnica dos núcleos engajados, sua dominação e transfiguração -, estabelecendo as bases sobre as quais se edificaria daí em diante a sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2004, p. 74). Se ampliarmos a ideia de mão de obra servil ao campo do trabalho intelectual, considerando-o, também, como aquisição e desenvolvimento de uma técnica de trabalho, podemos pensar no servilismo da nossa classe letrada em relação à sua integração no mercado global do conhecimento, no qual figuramos, no máximo, como consumidores.

Para o entendimento dos mecanismos subalternos – raramente contra-hegemônicos – da produção intelectual brasileira, nos parece de particular relevância a colocação de Schwarz (1987, p. 30) a propósito do “esforço de atualização e desprovincianização” na área de Letras, em que a passagem de uma onda teórica a outra se dá não pelo esgotamento de um projeto, e sim pelo prestígio que a teoria seguinte adquire em relação às demais, todas formadas no âmbito estadunidense ou europeu. A consequência não irrelevante de tal processo é a forçosa necessidade de começar do zero a cada nova geração crítica, na absoluta descontinuidade em relação ao conhecimento produzido pela geração anterior (SCHWARZ, 1987). Em termos gramscianos, é um conhecimento técnico continuamente interrompido, o que impossibilita o seu incremento e aperfeiçoamento. No conhecimento especializado do pensador brasileiro, se dá então que “Percepções e teses notáveis a respeito da

cultura do país são decapitadas periodicamente, e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder” (SCHWARZ, 1987, p. 31).

Nessa dificuldade técnica e na contínua reutilização do que, chegando depois de seu lançamento no “centro”, é atualizado/recodificado/transfigurado para as produções nacionais, verifica-se a subordinação da classe intelectual brasileira aos movimentos das nações “historicamente progressistas”, obedecendo à sua força centrípeta. Dessa forma, age-se como corpo subalterno, demonstrando não saber operar, de forma consciente e crítica, as ideologias e concepções culturais que se deveria realizar sobre si mesmo, no constante exercício de pensar-se e entender-se a partir do discurso do “outro”. Na atuação desse esforço de atualização, perde-se de vista a necessidade de historicização e contextualização de teorias que, pensadas para o centro, mas assumidas pelas margens como formas “universais” de pensamento e de expressão, transformam-se em filtro para interpretar realidades/culturas periféricas.

Um movimento teórico contra-hegemônico deveria seguir a direção contrária, ou seja, partir de uma experiência concreta e das condições materiais de vivência de uma determinada cultura, de forma semelhante ao que os pensadores sul-asiáticos fizeram a respeito da história de sua região, adaptando, de forma consciente, conceitos originados fora dela. Trata-se, em outras palavras, de adquirir consciência a respeito da própria técnica de trabalho, transformando-a em instrumento de empoderamento nas relações globais, resistindo ao poder de subordinação das classes intelectuais situadas no “centro”. É sempre útil, portanto, quando o estudioso das Letras latino-americanas, situado e atuando na periferia do globo, se coloca algumas questões, como: pertença à mesma classe de intelectuais que produzem as teorias das quais me sirvo no esforço de interpretação da minha cultura? Faço parte da classe de intelectuais aos quais tal discurso é dirigido? Por último: que tipo de solidariedade – de classe, étnica, ideológica – me leva a consumir esse discurso como se ele fosse dirigido a mim?

## Literatura e correntes ideológicas: possibilidade para os estudos literários brasileiros

Acreditamos que uma possibilidade de enriquecimento dos estudos literários brasileiros seja compreender a literatura como expressão de uma cultura hegemônica ou de setores subalternos da sociedade que, em deter-

minados momentos, apropriam-se de técnicas hegemônicas de expressão, como a língua escrita.<sup>7</sup> Essa apropriação pode ser instrumentalizada tanto para reforçar a hegemonia cultural dos setores dominantes quanto para atuar uma estratégia de emancipação e questionamento do cânone (nacional ou universal). Isso nos ajuda a compreender a produção literária como parte das relações de poder travadas não somente pela classe letrada brasileira em relação à própria sociedade, mas também em relação às classes letradas dos países ditos avançados. Nessa linha, um instrumento útil à produção de uma consciência crítica sobre a literatura brasileira, considerada no amplo contexto mundial, seria o de observar a existência de contradições entre a realidade do país e o modelo ideal com o qual muitas vezes foi ou é interpretada nas obras literárias. Tal proposta se dá com base na ideia gramsciana de que o desenvolvimento internacional dos países economicamente progredidos porta suas correntes ideológicas às periferias, onde o progresso se transforma em uma bandeira dos intelectuais em vez que o resultado de um efetivo desenvolvimento econômico local (GRAMSCI, 2007, p. 133).

Essa perspectiva pode esclarecer muitas das direções dominantes em várias obras e movimentos literários que fazem parte do cânone brasileiro. Um caso expressivo do reforço à hegemonia cultural externa seria, por exemplo, a postura ideológica divulgada pelo romance *O mulato* (1881). Pertencente à corrente naturalista, que oficialmente abre no país, é sob a ótica dos ideais do progresso que o texto dá voz às frustrações do escritor em relação à realidade brasileira, cujo presente escravista assinalava a ausência de um uso racional do trabalho, motor do desenvolvimento industrial de outras nações. Funcionais ao romance de “tese” que *O mulato* se prestou a ser, os discursos do protagonista, que insiste na necessidade de uma educação ao trabalho segundo os lumes da razão,<sup>8</sup> fundamentam-se na sua formação europeia. Raimundo, o mulato que “entregara-se com talento e esforço ao estudo das ciências positivas”, “que sabia ler Augusto Comte, apreciar Longet” e que “tinha na estante Bucher e Jacoliot”, era um “entusiasta da *nova ideia*, homem moderno por excelência, filiado a essa geração que tem por alvo o trabalho e a utilidade; que respirava em Paris as luzes da civilização e dos progressos da inteligência” (AZEVEDO, 1881, p. 166).

Como se pode perceber, é a *nova ideia* positivista – e não o desenvolvimento industrial do qual tal ideia, na Europa, é justificativa filosófica e fortalecimento ideológico –, que dá base à tese progressista do romance, fortalecendo a corrente ideológica ao qual se filia. Daí a incompatibilidade entre a realidade e o ideal desenvolvimentista. Fonte de angústia para o protagonista,

o descompasso é fruto da aplicação de um esquema intelectual que se move a partir da experiência dos sujeitos sediados na moderna Europa, e não da experiência do sujeito que habita e reflete sobre a base colonial-escravista dessa Europa. O modelo, ideal, é não só transplantado para a ex-colônia, mas se transforma no instrumento de interpretação de uma realidade que a tal modelo não corresponde, senão por “defeito”, “erro”, “insuficiência”, “anacronismo”, etc. Não se chega, aqui, àquela consciência que se fez na obra madura de Machado de Assis e que foi captada pelo pensamento crítico de Schwarz, observador do duplo rebaixamento produzido pelos procedimentos narrativos machadianos. Se, de um lado, o mestre sediado na periferia do capitalismo degrada as vexaminosas relações sociais locais em confronto com a norma progredida da civilização, de outro, desmoraliza “a reputação incondicional destes mesmos progressos e normas, levados, no contexto, a desempenhar papéis deslocados e contrários ao seu conceito” (SCHWARZ, 1990, p. 230). Sem consciência sobre a relatividade que integra o “progresso” ao “atraso”, faces de um mesmo processo de desenvolvimento global, estaríamos, empregando as palavras de Gramsci (2007, p. 133), subordinados à força de atração exercida pelos intelectuais dos centros hegemônicos, aplicando ao país um esquema racionalístico “elaborado sobre a experiência dos outros e não sobre a realidade nacional”.

Notemos, todavia, que embora possa ser considerado subalterno do ponto de vista epistemológico, o exercício de atualização (em que a norma local é repaginada segundo conceitos “universais”) não invalida a produção artística oriunda das “franjas”. Nelas, ou melhor, na nossa realidade, opera-se uma forma de síntese criativa, de enriquecimento formal, de busca por saídas/vias que explorem novas possibilidades. A potência expressiva de “I-Juca Pirama” não se constrói “apesar” do deslocamento geográfico do ideal romântico, mas se dá por causa dele: por causa da busca por um “espírito” nacional, de uma “língua” brasileira, de uma linguagem na qual se expresse o “poeta dos trópicos”. De forma semelhante, o ideal antropófago modernista, resultado da tensão entre a modernidade internacional e o atraso brasileiro, não enfraquece a produção local mas, ao contrário, lhe dá subsídios liberatórios, que desobrigam o autor brasileiro dos tributos pagos ao capital simbólico externo. Numa linha de continuidade, o mesmo ideário será de vital importância para que, nos anos 1970, o movimento tropicalista integre de forma criativa as novidades que a indústria cultural americana coloca em circulação no mercado global. Não se pode desconsiderar, porém, que a nossa integração a

esse mesmo mercado não tenha chegado, em nenhum momento, a aniquilar o “inimigo” que, a despeito de toda simbologia antropófaga, continuou vivo e, no mais das vezes, fortalecido pelo pasto que dele fizeram os tupiniquins.

### Consideração final

Com base nos conceitos apresentados, acreditamos que os estudos literários brasileiros possam enriquecer-se com o contato travado com os estudos culturais ou pós-coloniais, sem que isso signifique diluir as fronteiras do próprio campo epistemológico. O que podemos absorver da experiência de estudiosos como os indianos ou britânicos é o uso inteligente que fizeram do pensamento gramsciano, colhendo nele a sua abertura a novas aplicações e possibilidades, e procurando, a partir de uma experiência histórica concreta, novos caminhos de entendimento e problematização teórica dessa experiência. O que significa ver, em Gramsci, não uma iluminação vinda do “alto”, mas uma tentativa de entendimento da realidade. Para tanto, é necessário perceber a dimensão inovadora que o pensador italiano deu à categoria da cultura, inclusive literária, e ao papel fundamental que essa possui no estabelecimento/manutenção/destituição de uma determinada forma de organização social.

### ABSTRACT

Noting the importance that the concept of subalternity has acquired in the Brazilian literary studies, we indicate the origin of the term in Gramsci, its connection to the British cultural and Indian postcolonial studies, as well as its reflection in the Latin-American thought. Considering the geopolitical position of Antonio Gramsci, we recover the concepts of hegemony, cultural organization, organic intellectual and intellectual subordination, showing the usefulness of this theoretical instrumental to the Brazilian literary studies. From this point of view, we point to the validity of Darcy Ribeiro's idea of “historical actualization”, connecting it to Roberto Schwarz's conclusion about the continuous interruption of our critic thinking in favor of theoretical waves

arriving from global centers. To show the applicability of Gramscian theory, we identify in Aluísio Azevedo's *O mulato* an example of cultural subordination of the periphery to the center, indicating the gap between the progressive ideal that underpins the novel and the reality to which that ideal serves as an interpretive filter.

KEYWORDS: literature; culture; Gramsci; subalternity; hegemony.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. Maranhão: Tipografia do país, 1881. Versão digital disponibilizada pelo projeto Brasileira Digital USP.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, n. 11, p. 89-117, maio-agosto 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em 22 maio 2015.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. P. 179-212.

GALLO, Elisabetta. Antonio Gramsci, Stuart Hall e Raymond Williams. Un contributo alla discussione. In: SCHIRRU, Giancarlo (org.). *Gramsci le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2011. P. 99-102. E-book.

GERRATANA, Valentino. Prefazione. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 2007. Volume 1. P. XI-XLII.

GERRATANA, Valentino. Cronologia della vita di Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 2007. Volume 1. P. XLIII-LXVIII.

GINSBORG, Paul. *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi*. Turim: Einaudi, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 2007. 4 Volumes.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. Tradução Inês M. Ferreira. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697#text>>. Acesso em 22 maio 2015.

GUHA, Ranajit. Omaggio a un maestro. In: SCHIRRU, Giancarlo (org.). *Gramsci le*

*culture e il mondo*. Roma: Viella, 2011. P. 31-40. E-book

HALL, Gary. Cultural studies and deconstruction. In: HALL, Gary; BIRCHALL, Clare (orgs.). *New cultural studies*. Adventures in theory. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006. P. 31-52.

HALL, Stuart. Gramsci and us. *Marxism today*, p. 16-21, jun. 1987.

LAZZARICH, Diego. Gramsci nella prospettiva di Hall. In: DI BELLO, Anna (org.). *Marx e Gramsci*. Filologia, filosofia e politica allo specchio. Liguori, Napoli, 2011. P. 183-196.

LIGUORI, Guido. Tre accezioni di subalterno in Gramsci. *Critica marxista*, n. 6, p. 33-41, 2011.

ORLANDI, Costanza. La riflessione linguistica nei “Quaderni del carcere”. *Lares*, n. LXXIII, vol. 1, pp. 55-87, janeiro-abril 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SASSOON, Anne Showstack. Raymond Williams, Stuart Hall, Gramsci e noi. In: SCHIRRU, Giancarlo (org.). *Gramsci le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2011. P. 73-87. E-book.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Tradução Sandra R. G. Almeida; Marcos P. Feitosa; André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 29-48.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 1990.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

## NOTAS

<sup>1</sup> Todas as traduções de língua estrangeira para o português, salvo diversa indicação, são de nossa autoria.

<sup>2</sup> Para maiores e mais detalhadas informações a respeito do percurso biográfico e bibliográfico de Gramsci, ver “*Prefazione*” e “*Cronologia della vita di Antonio Gramsci*”, realizadas por Valentino Gerratana para a Edição Einaudi dos *Quaderni del carcere* (2007).

<sup>3</sup> Caderno 25, intitulado Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos).

<sup>4</sup> Para a importância de Antonio Gramsci para os estudos culturais britânicos, especificamente no pensamento de Raymond Williams e Stuart Hall, ver: GALLO (2011), SASSOON (2011), LAZZARICH (2011).

<sup>5</sup> Noção semelhante encontramos em Walter Benjamin (2012, p. 209-210), quando observa os movimentos de massa orquestrados pela ditadura fascista, que dá às massas a sensação ilusória de empoderamento, enquanto na realidade conserva a estrutura econômica na qual é o poder dominante: “O fascismo tenta organizar as massas proletárias recém-surgidas sem alterar as relações de produção e propriedade que tais massas tendem a abolir. Ele vê sua salvação no fato de permitir às massas a expressão de sua natureza, mas certamente não a de seus direitos. [...]. Nos grandes desfiles, nos comícios gigantescos, nos espetáculos esportivos e guerreiros, todos captados pelos aparelhos de filmagem e gravação, a massa vê o seu próprio rosto. [...]. *As massas têm o direito de exigir a mudança das relações de propriedade; o fascismo permite que elas se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações. Ele desemboca, conseqüentemente, na estetização da política.* [...]. *Todos os esforços para estetizar a política convergem para um ponto. Esse ponto é a guerra. A guerra e somente a guerra permite dar um objetivo aos grandes movimentos de massa, preservando as relações de propriedade existentes. Eis como o fenômeno pode ser formulado do ponto de vista político. Do ponto de vista técnico, sua formulação é a seguinte: somente a guerra permite mobilizar em sua totalidade os meios técnicos do presente, preservando as atuais relações de propriedade*” (grifo do autor).

<sup>6</sup> Caderno 12, intitulado “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais.

<sup>7</sup> Refletindo sobre a relação entre cultura dominante e cultura subalterna na história da língua italiana, Gramsci observa que é sempre a língua do grupo dominante a passar ao estatuto de língua escrita (ORLANDI, 2007).

<sup>8</sup> “O trabalho proveitoso instrui sempre e o hábito de trabalhar é o melhor escudo

contra o vício! Em vez do crucifixo, do livrinho afeminado da missa ou do boneco de papel, meta-lhes na mão o malho, ou a enxada, ou o trapézio, ou o martelo, ou o buril, ou o pincel, a manivela, a plaina, a alavanca. Não tenha medo que o fedelho sucumba! ao contrário a saúde se fortalecerá com o corpo! a inteligência se preparará para receber os grandes tesouros da ciência, o coração para sentir os seus grandes deveres civis e domésticos e para finalmente apoiar esse amor imenso, universal—esse amor pela humanidade, que é o manancial de todas as luzes, de todo o progresso, de toda a civilização!” (AZEVEDO, 1881, p. 272).

---

Recebido em: 31 de maio de 2015

Aceito em: 12 de setembro de 2015